



ID: 2886881

## MEMO. Nº 002/2023 – DIRETORIA DE LICITAÇÃO/SEMINFRA

Maceió/AL, 03 de janeiro de 2023.

Ao Senhor

Lívio Lima Fontanelle Filho

Secretário Municipal de Infraestrutura

SEMINFRA/CHEFIA DE GABINETE

**Assunto: Recurso Administrativo à Concorrência Pública nº 07/2022.**

Senhor Secretário,

Sirvo-me do presente expediente para comunicar e encaminhar o recebimento de Recurso Administrativo interposto pelo CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08 composto pelas empresas **UCHÔA E TELESIL** em face da decisão de habilitação após recursos na Concorrência Pública nº 07/2022.

Tendo a vista a necessidade de se estabelecer a ordem cronológica dos fatos relativos a Concorrência Pública nº 07/2022, passamos a destacar:

- a) A primeira publicação referente a este certame ocorreu em 24/10/2022, conforme publicações do DOM e jornal Tribunal em anexo. A referida publicação agendou a sessão inaugural do certame para o dia 25/11/2022 às 09h.
- b) Tendo em vista a publicação do edital em questão, encontrava-se em aberto os prazos para pedidos de esclarecimentos, impugnações e questionamentos, conforme disposto no item 17 do edital.
- c) No dia 21/11/2022 a empresa FP Construtora apresentou pedido esclarecimentos, o que foi respondido no dia 22/11/2022, conforme documentos em anexo.
- d) A sessão inaugural ocorreu no dia 25/11/2022 e o resultado da análise da habilitação foi divulgado na própria sessão, conforme cópia da ata de sessão em anexo.
- e) Conforme resultado divulgado em sessão, foram habilitadas as empresas: **FP Construtora, Consórcio Pavimentação e Drenagem Ruas de Maceió** (empresas ENGEMAT – ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, CONSTRUTORA L PEREIRA E AMORIM BARRETO ENGENHARIA), **CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08** (empresas UCHÔA CONSTRUÇÕES E TELESIL ENGENHARIA). E inabilitada a empresa NOVATEC.
- f) Em 02/12/2022 as empresas/consórcios FP Construtora e Consórcio Pavimentação e Drenagem Ruas de Maceió (empresas ENGEMAT – ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, CONSTRUTORA L PEREIRA E AMORIM BARRETO ENGENHARIA) apresentaram recursos quanto a decisão de habilitação do CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08 (empresas UCHÔA CONSTRUÇÕES E TELESIL ENGENHARIA) uma vez que o mesmo foi indevidamente habilitada por não ter atendido as exigências previstas no item 8.12.2.2, conforme peças recursais que seguem em anexo.



- g) Após findo o prazo estabelecido para apresentação de recurso, fora encaminhado as licitantes as peças recursais e estabelecido prazo para apresentação de contrarrazões.
- h) Em 12/12/2022 a empresa Uchôa – representante do consórcio - ora recorrente – apresentou suas contrarrazões.
- i) Após o recebimento de todas as peças e findo o prazo estabelecido, os recursos e contrarrazões foram encaminhados ao Corpo Técnico da SEMINFRA para ciência e análise, uma vez que trata de matéria eminentemente técnica.
- j) Após nova análise realizada, o Corpo Técnico da SEMINFRA entendeu por acatar alguns argumentos levantados e finalizou sua análise dispondo que: realizar a retificação do entendimento anteriormente proferido e mudar o seu entendimento quanto ao acato os termos propostos quanto ao atendimento dos itens exigidos no edital por parte de todas as licitantes participantes.
- k) Assim ficou estabelecido que: a empresa FP CONSTRUTORA e o CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08 (EMPRESAS: UCHÔA CONSTRUÇÕES E TELESIL ENGENHARIA) NÃO ATENDEM às exigências constantes no edital para o lote 2, conforme parecer e decisão em anexo.
- l) Em seguida, foi proferida a decisão com base no parecer técnico emitido e seu extrato foi publicado no Diário Oficial do Município em 23/12/2022, conforme extrato em anexo.
- m) Com a referida publicação, ficou estabelecido o dia 27/12/2022 às 09h para abertura dos envelopes com as propostas de preço das habilitadas.
- n) No dia 27/12/2022 foram abertos os envelopes de preço. E após análise e emissão de parecer técnico quanto as propostas apresentadas foram classificadas as propostas apresentadas pelo Consórcio Pavimentação e Drenagem Ruas de Maceió (empresas ENGEMAT – ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, CONSTRUTORA L PEREIRA E AMORIM BARRETO ENGENHARIA) nos dois lotes a que participou.
- o) Com base no parecer técnico, foi proferida decisão que declarou o Consórcio Pavimentação e Drenagem Ruas de Maceió (empresas ENGEMAT – ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, CONSTRUTORA L PEREIRA E AMORIM BARRETO ENGENHARIA) vencedora nos lotes 1 e 2. Tal decisão foi publicada no DOM em 29/12/2022, conforme documentos em anexo.
- p) Irresignada com o resultado do julgamento dos recursos o CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08 (EMPRESAS: UCHÔA CONSTRUÇÕES E TELESIL ENGENHARIA) interpôs Recurso Administrativo endereçado ao Sr. Secretário em face da decisão proferida pela CPLOSE.
- q) O recurso administrativo em questão foi apresentado em 29/12/2022 através de e-mail encaminhado à CPLOSE.

Em resumo, a recorrente apresentou Recurso Administrativo em face de Decisão proferida após a análise de recursos e contrarrazões apresentadas em razão do resultado de habilitação inicialmente proferido.

De acordo com os argumentos do Recurso Administrativo, a recorrente pede: “que seja conhecido o presente recurso seja o como recurso administrativo ou representação; que seja recebido



pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de Infraestrutura, atribuindo-se o competente efeito suspensivo, paralisando os demais atos do processo licitatório; que sejam prestadas as informações competentes, tanto pela CPLOSE, quanto pela Diretoria de Obras e Implantação, a respeito da inabilitação do CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08; após, que sejam os autos remetidos à Procuradoria Geral do Município de Maceió, a fim de que sejam analisados os argumentos aqui apresentados, emitindo seu posicionamento jurídico quanto ao direito vindicado, para se garantir a legalidade do procedimento sob análise; e, com o retorno dos presentes autos da Procuradoria Geral do Município de Maceió, que seja o presente expediente conhecido e provido, pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal, no sentido de acolher os fundamentos apontados no presente recurso, a fim de que (a) seja revista a decisão de inabilitação proferida pela CPLOSE, bem como, por consequência lógica de tal provimento, que (b) seja anulada a Concorrência Pública 07/2022 - SEMINFRA, uma vez que, independentemente do resultado de eventual recurso, a sessão de abertura de preços realizada em 27/12/2022 viola as regras editalícias, bem como da Lei nº 8.666/93, especialmente por não ter garantido a instrumentalização de expedientes recursais em tempo oportuno, no prazo legal de 05 (cinco) dias úteis, em afronta aos direitos do licitante e à isonomia que deve pautar o certame de que se cuida”.

Apesar de todo o alegado pela parte recorrente, alguns levantamentos se fazem necessário:

Em análise aos fatos ventilados pelo Recorrente, os mesmos, não merecem prosperar, pois a matéria referente à documentação técnica já foi reanalisada em sede recursal, estando esgotada a discussão acerca dessa fase.

Vale destacar que no prazo estabelecido para recurso, às empresas/consórcios **FP Construtora, Consórcio Pavimentação e Drenagem Ruas de Maceió** (empresas ENGEMAT – ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, CONSTRUTORA L PEREIRA E AMORIM BARRETO ENGENHARIA) apresentaram recurso quanto à habilitação da licitante ora recorrente.

Garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, foi oportunizado a recorrente se manifestar sobre os recursos interpostos.

Em seu momento de manifestação, a recorrente entendeu por bem falar apenas sobre o recurso interposto pela FP Construtora, senão vejamos:



**CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08**, devidamente qualificado nos autos do processo licitatório acima epigrafado, por sua líder e representante UCHÔA CONSTRUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.276.767/0001-12, com endereço na Avenida Dona Constança de Góes Monteiro, 167, Poço, Maceió/AL, neste ato representada por seu representante legal ao final assinado vem, à presença de V. Senhoria, tempestivamente apresentar **CONTRARRAZÕES** ao Recurso Administrativo interposto por **F.P. CONSTRUTORA LTDA.** contra o resultado da comissão que em sessão pública considerou habilitado o CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08 composto por **Uchôa Construções Ltda e Telesil Engenharia.**, fundamentando que a licitante não teria atendido ao item 8.12.2.2, viemos através deste expor e requerer o que segue:

Em nenhum momento se verificou a existência de argumentos contrapondo as razões do recurso apresentado pelo **Consórcio Pavimentação e Drenagem Ruas de Maceió** (empresas ENGEMAT – ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, CONSTRUTORA L PEREIRA E AMORIM BARRETO ENGENHARIA).

Tais informações são meramente introdutórias, vez que o cerne do debate em questão está na tempestividade do recurso interposto e da sua procedência ou não.

Pelo que se extraí do recurso apresentado, estamos diante da preclusão consumativa, a perda do direito de manifestação por já tê-lo exercido, não podendo, portanto, repeti-lo, não há o que se falar em reanálise da documentação técnica que já foi exaustivamente analisada.

A preclusão é gerada por ato próprio da Empresa devidamente notificada e que não foi diligente o suficiente para apresentar seu recurso dentro do prazo legal. Não poderia, portanto, a Comissão de Licitação, bem como, a vencedora do certame, esperarem até o momento que a Recorrente considerasse mais oportuno para interpor o seu recurso, pois estaria sendo violado o princípio da igualdade processual. Haveria benefício da própria torpeza do sujeito ativo (no presente caso) da relação processual.

Ora, se o prazo para registro das razões recursais é de 05 (cinco) dias, nos termos do item 17.4 do edital da Concorrência Pública nº 07/2022, ou seja, até o dia 05/12/2022, TAL ATO/FATO NÃO OCORREU, pois, a Recorrente somente interpôs contrarrazões ao recurso interposto pela licitante FP Construtora em 12/12/2022.

A publicação do resultado de habilitação após julgamento dos recursos e contrarrazões apresentadas se deu em 23/12/2022. A interposição do recurso administrativo se deu em 29/12/2022, dois dias após a abertura dos envelopes de preço e de ter tornado público os valores ofertados pelas outras concorrentes.



Quanto motivo suscitado pela recorrente, conforme abalizada doutrina e entendimento jurisprudencial do TCU, **operou-se a preclusão consumativa**, não sendo possível a recorrente em sede de novo recurso reavivar a matéria que fora decidida em recurso apresentado anteriormente.

Tal entendimento é pacífico, pois se a cada mudança de decisão for aberto novo prazo recursal, o processo administrativo poderia se prolongar por prazo indeterminado, ou seja, seria criado um círculo vicioso, e teríamos a possibilidade de interposição de recursos infinitos.

Defendendo este entendimento temos o saudoso mestre Diógenes Gasparini que sobre o tema assim se pronuncia:

**“Se essa autoridade reconsiderar seu ato, decisão ou comportamento, dessa medida deve ser informada a recorrente e, após, arquivado o processo. Contra essa reconsideração não cabe qualquer recurso, já que todos puderam manifestar seus interesses no respectivo processo. (grifamos)”**

Uma vez apresentado recurso da decisão de habilitação nos moldes do que preceitua a legislação aplicável em consonância com o art. 109, I, letra “a”, como foi o caso dos recursos apresentados pela FP Construtora e pelo **Consórcio Pavimentação e Drenagem Ruas de Maceió** (empresas ENGEMAT – ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, CONSTRUTORA L PEREIRA E AMORIM BARRETO ENGENHARIA), o momento para a parte que puder ter sua situação prejudicada, no caso o CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08 (EMPRESAS: UCHÔA CONSTRUÇÕES E TELESIL ENGENHARIA), se manifestar é o das contrarrazões.

Se ela não apresentar todos os motivos que podem lhe defender nas contrarrazões, ocorre à preclusão consumativa, não podendo ela se valer de novo recurso para discutir a matéria já decidida em sede recursal, sob pena de eternizar-se a discussão. Da mesma forma, se ela não apresentar a impugnação ao recurso contra a sua habilitação, ocorrerá a preclusão temporal.

Este entendimento, além do ilustre mestre já citado, é também perfilado por Carlos Pinto Coelho Motta: **“Interposto o recurso, e reconsiderando a Comissão sua decisão, passa o recorrente a vencedor. Não caberá, então, recurso dessa reconsideração, diante do § 1º do art. 109. Tratar-se-á de matéria preclusa.”**

Carlos Ari Sundfeld trilha a mesma linha, corroborando o entendimento do esgotamento da discussão em sede recursal por parte da empresa que já se manifestou em sede de contrarrazões: **“Se o agente recorrido reconsiderar o seu ato, estará encerrada a tramitação do recurso. No entanto, o assunto poderá ser alçado à instância superior por provocação dos outros licitantes, através de representação prevista no art. 109-II”**.

Outrossim, a redação do item 13 – letra “j” do edital é claro ao dispor que:

j) Vencida a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as Propostas Comerciais, não cabe eliminação de licitante por motivo relacionado à fase de habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e acatado pela CPLOSE, nos termos do art. 43, § 5º da Lei 8.666/93.



Portanto, a Recorrente, ACEITOU TACITAMENTE a sua inabilitação.

Diante de todo o exposto, por qualquer lado que a Recorrente procure “justificar” o injustificável, não havia outra medida a ser tomada senão a de manter a sua inabilitação para o Lote 2, já que esta, não possui a capacidade técnica mínima necessária prevista no edital da CP nº 07/2022.

Desta forma, e por todo o exposto, REQUER SEJA O PRESENTE RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELO CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08 (EMPRESAS: UCHÔA CONSTRUÇÕES E TELESIL ENGENHARIA) LIMINARMENTE REJEITADO, UMA VEZ QUE A RECORRENTE NÃO CUMPRIU COM O PRAZO DETERMINADO/ESTABELECIDO PELO EDITAL.

Por fim, requer que vossa senhoria julgue TOTALMENTE IMPROCEDENTE o Recurso Administrativo interposto pelo CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08 (EMPRESAS: UCHÔA CONSTRUÇÕES E TELESIL ENGENHARIA) por não cumprir com as determinações da Lei 8.666/1993, bem como, não atender as exigências do edital da CP nº 07/2022, e, conseqüentemente, manter o resultado de declaração de vencedora do certame proferido pela CPLOSE.

O TCU, em acórdão 1.788/2003 (plenário), apresenta seu posicionamento:

“Caberia então a impetração de novo recurso hierárquico, com direito a novo juízo de retratação por parte da Comissão de Licitação? Entendo que não. A Comissão, ao julgar o recurso, já havia analisado as razões dos recorrentes e as contrarrazões das empresas que exerceram este direito no devido tempo. Não faz sentido submeter a Comissão à nova análise sobre a mesma matéria, considerando que todos os argumentos dos interessados já deveriam estar no processo desde a fase das contrarrazões.

(...)

Em qualquer dos casos, entendo que os momentos adequados para as empresas manifestarem seus argumentos são quando da interposição de recurso e da apresentação de contrarrazões, havendo preclusão do direito de as licitantes praticarem estes atos se não forem observados os prazos previstos em lei, a não ser que a Administração, ao decidir pela retratação, o faça com base em fatos novos, contra os quais não se tenha dado oportunidade de defesa aos licitantes, o que não parece ser o caso em comento, conforme a argumentação dos recorrentes (item 14.1 da instrução).”

Logo, pelo exposto, o recurso apresentado pelo CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08 (EMPRESAS: UCHÔA CONSTRUÇÕES E TELESIL ENGENHARIA) contra a decisão que em sede recursal a considerou inabilitada não pode ser conhecido, em vista da falta do pressuposto processual do cabimento, senão quando a decisão do primeiro recurso trazer fato novo, não exposto no primeiro recurso.



Como já demonstrado pelas sabias lições acima transcritas, a parte tiveram o momento adequado para se manifestar sobre os recursos interpostos e nesse momento deveriam alegar toda sua matéria de defesa. Em não fazendo isso, operar-se-ão as preclusões temporal e consumativa.

Sendo assim, encaminhamos os autos ao **Gabinete do Secretário/SEMINFRA** para ciência e remessa dos autos a Diretoria de Obras de Implantação para que se manifeste no que julgar necessário e em ato contínuo, sejam os autos, caso assim o julgue necessário, encaminhado a Procuradoria Geral do Município para pronunciamento.

**Juniely Batista da Silva**  
Diretor da Comissão de Licitações/SEMINFRA  
Matrícula nº 954309-0